



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.797, DE 2008

Altera a Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

Autor: Deputado VALDIR COLATTO

Relator: Deputado VIEIRA DA CUNHA

I – RELATÓRIO

A proposição em epígrafe, de autoria do nobre Deputado VALDIR COLATTO, tem por objetivo alterar a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97), para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para implantação de sistema de localização de pessoas desaparecidas.

Justificando sua iniciativa, o autor afirma que cresce o desaparecimento de pessoas no mundo atual, porém não os meios para sua localização eficaz. Uma das formas recentemente utilizadas foi a distribuição de fotos pela Internet. Baseado no sistema de posicionamento denominado GPS, o autor propõe que um sistema semelhante, em que as empresas montem sistemas de monitoramento utilizando as redes de telefonia móvel, tendo em vista que o celular tornou-se popular no país. As famílias contratariam o serviço e receberiam em tempo real, em seu celular, informações sobre a localização dos aparelhos cadastrados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O projeto recebeu parecer pela aprovação, quanto ao mérito, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A seguir, a proposição foi apreciada na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que também concluiu pela sua aprovação.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.797, de 2008.

A matéria em apreço é da competência legislativa privativa da União (art. 22, IV - CF), cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a mesma, com a sanção do Presidente da República (art. 48 – CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

O projeto obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange à juridicidade, o projeto harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente, não havendo qualquer impedimento à sua aprovação.

Quanto à técnica legislativa, faz-se necessário renumerar o parágrafo contido no art. 130-A, incluído na Lei nº 9.472/97 pelo art. 2º do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

projeto, de §1º para parágrafo único, em razão de não existirem outros parágrafos no dispositivo acrescentado.

Não há qualquer outra restrição ao texto empregado no projeto, estando o mesmo de acordo com as regras impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.797, de 2008, com a emenda em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado VIEIRA DA CUNHA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.797, DE 2008

Altera a Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

EMENDA Nº

Renumere-se o §1º do art. 130-A da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, acrescentado pelo art. 2º do projeto em epígrafe, para parágrafo único.

Sala da Comissão, em 29 de junho de 2010.

Deputado **VIEIRA DA CUNHA**

Relator